da eficiência. Em segundo lugar, não se pode negar que existe grande controvérsia quanto a data exata em que o furto ocorreu, nem mesmo a Autoridade Policial conseguiu chegar ao indiciamento de algum agente. Constatou-se que o desaparecimento dos objetos somente foram percebidos em julho de 2010, no entanto, sem saber ao certo qual a data exata de sua ocorrência, aliando-se o fato de que até o dia 30/03/2010 os serviços de vigilância eram prestados pela Empresa Sacramenta Serviços Especializados de Segurança e Vigilância Ltda. e, a partir de 01/04/2010 pela Empresa E. Santos Lima – Vigilância e Segurança Ltda. Vê-se, portanto, que o que houve não foi uma omissão por parte da Presidente da FUNTELPA, mas uma impossibilidade de responsabilizar qualquer agente, por não haver indícios de autoria, nem mesmo da investigação policial.

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.31. Processo nº 000238-111/2014

Requerente(s): A.E.S.B.
Requerido(s): Hospital Layr Maia
Origem: 1º PJ do Consumidor
Assunto: Apurar supostas irregularidades na prestação do serviço de saúde prestado pelo Hospital Layr Maya

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que todas as diligências por parte do Ministério Público foram esgotadas, não havendo elementos suficientes para propositura de Ação Civil Pública, considerando que não se tratava de uma prática abusiva em face dos usuários, mas sim de um caso específico, o qual tomou-se conhecimento, inclusive, da instauração de inquérito policial.

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.32. Processo nº 001752-116/2013

Requerente(s): Departamento de Transito do Estado do Pará - DETRAN
Requerido(s): Nelson Oliveira Silva
Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas por parte de servidor do DETRAN/PA, com relação a prolongamento ilegal do exercício funcional e outros atos de improbidade administrativa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, vez que os elementos de informação existentes nos autos não são suficientes para demonstrar que o servidor investigado agiu com dolo, haja vista que os depoimentos e documentos acostados aos autos são insuficientes para demonstrar, ao menos, o dolo genérico apto a caracterizar ato de improbidade administrativa que viole princípios da Administração Pública.

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.33. Processo nº 000638-116/2013

Requerente(s): Associação dos Professores e Técnicos da Fundação Bosque (APTFEB)
Requerido(s): Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque - FUNBOSQUE
Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela Presidente da FUNBOSQUE, referentes à avaliação de estágio probatórios dos servidores do referido órgão.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, constatou que havia elementos suficientes para a propositura da ação de improbidade administrativa por violação a princípios constitucionais, tipificado no art. 11 da Lei nº 8.429/82 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA), e que não se constatou a presença de danos ao erário, no entanto, verificou-se que os fatos apurados datavam do ano de 2008 e 2009, operando-se o prazo prescricional, restando impossibilitado o ajuizamento da demanda.

O Exmo. Conselheiro Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves se absteve de votar.
Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.34. Processo nº 000163-012/2016

Requerente(s): A Coletividade
Requerido(s): Loja de Conveniências "Prime Conveniências"
Origem: 1º PJ de Bragança
Assunto: Apurar possível prática de poluição ambiental causada pela loja de conveniências, localizado em bairro residencial no Município de Bragança/PA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, vez que se verificou que cessou a poluição sonora denunciada, tendo em vista certidão informativa de que a loja de conveniência já havia sido fechada há mais de 03 anos, bem como que em contato com o Reclamante, este confirmou tal informação de que não havia mais poluição sonora no local. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.35. Processo nº 000063-440/2015

Requerente(s): Raimundo Souto Granhen
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Ananindeua - Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura
Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Ananindeua
Assunto: Urbanismo - Saneamento Básico

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, CONVERTENDO-SE o julgamento em diligência, nos termos da Resolução Nº 13/2016-CPJ1, que recentemente alterou o art. 23, I, da Resolução nº 10/2011 - CPJ, devolvendo-se os presentes autos à Promotoria de Justiça de origem, para que: 1 - Realize visita técnica, in loco, por parte da equipe técnica ministerial; 2 - Esclareça se há ainda demandas em aberto, já que "foram sanadas parcialmente", e promova gestões para os devidos andamentos, a fim de concluir o objeto do presente procedimento. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.36. Processo nº 000044-012/2016

Requerente(s): A Coletividade
Requerido(s): Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Juruti
Origem: PJ de Juruti
Assunto: Acompanhar o primeiro processo unificado para escolha de membros do Conselho Tutelar do Município de Juruti

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, vez que se observou que, de fato, este Procedimento Preparatório mais se assemelha a um Procedimento Administrativo *stricto sensu*, nos termos da Recomendação Conjunta nº 03/2014-MP/PJGJ/CGMP, uma vez que a atividade ministerial se cingiu ao acompanhamento do pleito eleitoral ao cargo de Conselheiro Tutelar, mas não se pode negar ter tomado as devidas providências, a fim de que a eleição se desse de modo satisfatório, que, finalmente, aconteceu. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.37. Processo nº 000056-440/2015

Requerente(s): Vânia do Socorro da Cruz Bastos e outros
Requerido(s): Estado do Pará
Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Ananindeua
Assunto: Apurar suposta ilegalidade na desapropriação de moradores residentes às proximidades da Av. Independência em Ananindeua/PA, bem como a regularização das obras relativas à extensão da avenida

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que o órgão ministerial, após sucessivas diligências, dentre elas à PGE e a Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB), constatou que foram celebrados acordos com os moradores e que os processos de desapropriação, com o pagamento das indenizações, haviam sido concluídos,

ressalvando somente quanto ao processo do Sr. Benedito Souza que se encontrava em trâmite quanto à necessidade ou não de intervenção no imóvel, haja vista alterações no projeto. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.38. Processo nº 000020-150/2015

Requerente(s): Associação dos motoristas de taxi do Aeroporto Internacional de Belém
Requerido(s): Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - SEMOB
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao descumprimento da Portaria nº 0068/2014 da SEMOB

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, vez que o órgão ministerial, após sucessivas diligências, constatou a regularização do uso do ponto de táxi, conforme informações da SEMOB, ratificadas pelos interessados (Associação dos Motoristas de Táxi do Aeroporto e Cooperativa de Condutores Autônomos Auxiliares de Veículos de Rodoviários de Belém). Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.39. Processo nº 001412-116/2013

Requerente(s): Alan Rodrigues
Requerido(s): Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará - PRODEPA
Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela PRODEPA, com relação a pagamento indevido de horas de sobreaviso para assessores com cargos comissionados.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, tendo em vista que o órgão ministerial empreendeu sucessivas diligências visando apurar indícios de irregularidades que comprovassem a existência de elementos caracterizadores do ato de improbidade e, de acordo com a análise técnica realizada pelo Grupo Técnico Interdisciplinar deste Parquet, a empresa se adequou voluntariamente as normas legais e sanou as irregularidades constatadas. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5.40. Processo nº 000398-450/2015

Requerente(s): M.M.P.
Requerido(s): R.F.M.; C.S.P.
Origem: 3º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua
Assunto: Apurar possível situação de vulnerabilidade vivenciada por adolescente.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que o órgão ministerial, visando apurar a veracidade dos fatos alegados e resguardar os interesses do adolescente, empreendeu diversas diligências e conforme relatório do Conselho Tutelar de Ananindeua, restou comprovado que cessou a vulnerabilidade vivenciada pelo jovem, haja vista que estava recebendo tratamento psicológico e psiquiátrico pelo Centro de Atenção Psicossocial Infantil daquele município. Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Nelson Pereira Medrado e Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves.

2.5.41. Processo nº 000029-012/2016

Requerente(s): A Coletividade
Requerido(s): Em apuração
Origem: 1º PJ de Barcarena
Assunto: Apurar possível crime de poluição ambiental oriunda de contaminação de água para consumo humano (potável) do rio Arapari que abastece a comunidade

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, CONVERTENDO-SE o julgamento em diligência, para comprovação junto aos órgãos responsáveis de que atualmente a população não sofre mais com a poluição ambiental e que a água foi tratada, devendo os autos serem remetidos ao Membro